

O GOLPE DE 28 DE MAIO.

MAIS UM GOLPE...

Albérico Afonso

Nos anos anteriores à instauração da Ditadura Militar, a cidade de Setúbal encontrava-se mergulhada numa profunda crise económica, social e política.

As características específicas da cidade, com uma mono-indústria sobredimensionada e dependente de mão-de-obra barata e de matéria-prima inconstante e aleatória, convocam o movimento operário para uma ainda maior radicalização, que era já perceptível no elenco das lutas que tinham estalado ao longo de ciclos sucessivos, gorada que tinha sido a esperança que o novo regime suscitara nos tempos prévios à sua implantação.

Deste modo, tal como no resto do país, a sociedade setubalense, num extenso período anterior ao 28 de Maio, encontrava-se submersa por lutas sociais intensas, com um operariado reivindicativo, organizado, experiente e influenciado pelas ideologias revolucionárias. O sectarismo político exacerbado entre as várias facções republicanas contribuía, de forma importante, para a total ausência de perspectivas em que a cidade parecia atolada.

A cidade vogava desde há muito, ao sabor de greves violentas que se eternizavam perdurando por períodos espantosamente dilatados.

A análise dessas greves, por vezes brutalmente reprimidas pela polícia, comprova a existência de uma rede fortíssima de solidariedade, tecida por um operariado composto por gerações sucessivas que trabalham nas fábricas, gerações que se prolongam e se auto-referenciam, que se interajudam nas artes do trabalho e nas lutas, numa evidente proximidade que propicia unidade de acção e, sobretudo, um inequívoco sentimento classista a que ideologias libertárias de pendor fortemente radical dão alento. Estas várias gerações de famílias inteiras, de vizinhos e vizinhas, de parentelas várias e amizades sólidas, na hora de actuar contra o arbítrio patronal ou policial, agem como um só corpo, cientes de que a sua força e capacidade de afrontamento residem precisamente nessa agregação solidária de forças.

*As características
específicas
da cidade,
com uma
mono-indústria
sobredimensionada
e dependente
de mão-de-obra
barata e de
matéria-prima
inconstante
e aleatória,
convocam
o movimento
operário para
uma ainda maior
radicalização.*

Do lado do patronato a situação era simétrica. Se o proletariado recorria à greve, os patrões ameaçavam com *lock-out*; se a mão-de-obra conserveira e a das outras actividades estava organizada sindicalmente, também os donos das fábricas gravitavam e se uniam em torno das suas associações de classe.

A violência instalara-se na cidade, sendo que dissidências evidentes, e outras menos evidentes, são por vezes resolvidas pelo argumento da arma de fogo.

Episódios como o do redactor principal do jornal *A Indústria*, também patrão conserveiro, contra o qual são disparados dois tiros por um operário em plena Av. Luísa Todí, ou ainda o tiroteio entre os dirigentes dos soldados e os moços das fábricas, povoam o quotidiano destes dias em que a cidade, cansada de retóricas, havia mergulhado.

Por outro lado, o PRP vai conhecer, também aqui na cidade, várias lutas, cisões e recomposições partidárias que nem sempre expressam apenas divergências ideológicas e políticas, antes sendo, por vezes, formas de operacionalizar a luta pelo poder a nível local.

O PRP setubalense espelhará, deste modo, a instabilidade e o oportunismo que o Partido Republicano assumirá a nível nacional, ensaiando episodicamente alianças tácticas pouco claras como as que o apetite pelo poder sempre proporciona, de que são exemplo as eleições municipais de 1922 e de 1925.

Face a esta situação não é de admirar que o golpe militar de 1926 fosse visto pela cidade e pelo seu operariado como mais um incidente golpista, apenas mais um entre os outros todos que se tinham sucedido inglórios e inconclusivos, mais um acontecimento temerário que de novo faria tremer a paisagem política de anos sucessivos de greves reprimidas, de fábricas fechadas pelos patrões em nítida retaliação de insubmissões operárias, de prisões arbitrárias de dirigentes sindicais, de manifestações que se saldavam em mortos, feridos e desalento, enfim, era mais um movimento militar que passaria ao largo e seria denunciado posteriormente pela retórica dos jornais afectos ao regime.

Durante 16 anos o operariado setubalense tinha-se habituado aos confrontos com a GNR e os militares que desde sempre lhe tinham povoado as lutas, ocorrendo céleres ao chamamento dos patrões.

A presença dos militares na vida pública que este específico golpe evidenciava não era, até, eventualmente, mais visível do que já tinha sido noutras situações de conflito.

O movimento operário setubalense estava exausto, e não tinha nenhuma razão para se preocupar com mais um golpe de estado que lhe parecia, aliás, bastante distante.

Logo em 31 de Maio de 1926 a guarnição militar de Setúbal adere à ditadura, o mesmo acontecendo com a GNR.

Ao nível das principais associações de classe não são tomadas quaisquer iniciativas no sentido de contrariar este desfecho político. A nítida apatia face à nova situação que ia fermentando era o corolário imediato desse factor subjectivo de desesperança, cansaço, e fundamentalmente do descrédito a que a República tinha chegado.

De igual modo, também outros sectores da população onde a República tinha sido acolhida com afecto, os comerciantes, os pequenos industriais, os “mangas de alpaca” administrativos, essa base de apoio republicana e cidadina que existia também na cidade de Setúbal, e que anos antes lhe enxameara as ruas ao som das filarmónicas festejando o fim da Monarquia, estava agora cansada das tropelias consecutivas do regime que perdia forças, dos golpes de estado, das questiúnculas parlamentares, dos escândalos económicos e dos tiroteios, das lutas operárias. Queria paz e sossego, e se um novo poder se perfilava clamando por ordem e por lei, pois que chegasse, e pusesse cobro ao desmando a que se havia chegado.

São estes os factores que justificam a falta de resistência activa e massiva ao golpe de 28 de Maio nos dias iniciais e subsequentes à tomada do poder.

O NOVO PODER EM ACÇÃO: SUBSTITUIÇÕES, SANEAMENTOS, EXONERAÇÕES

O Governo da Ditadura Militar substitui o Administrador do Concelho, nomeando um militar para ocupar este cargo da confiança política do Governo. Este, por sua vez, inicia de imediato um processo de saneamento político e administrativo no concelho.

Em 2 de Julho começa por exonerar os regedores das freguesias, nomeando em sua substituição oficiais subalternos ou sargentos. Ainda no mês de Julho manda fazer sindicâncias às Misericórdias de Azeitão e Palmela. Faltava a Câmara Municipal.

Desde os primeiros dias do mês de Junho várias movimentações vão surgir, no sentido de ser nomeada uma comissão administrativa de acordo com os novos ventos políticos. Todos os partidos e forças sociais começam a elaborar listas com diferentes composições e matizes e a apresentá-las em Lisboa.

O diário *O Setubalense*, pró-republicano e próximo do Partido Democrático (PD), que nas eleições municipais de Novembro de 1925 tinha apelado insistentemente ao voto no candidato do PD, viu o golpe militar “como uma oportunidade de resolver os problemas políticos do país fora da confusão dos partidos”, apelando à dissolução da Câmara e à nomeação de uma comissão administrativa. Acusa todos os partidos, à excepção dos democráticos e monárquicos, de se perfilarem apressados, no intuito de ocuparem cargos na nova vereação:

“Têm pretendido pescar nas águas turvas dos últimos acontecimentos, pensando que eles eclodiram para servir os seus interesses de facção, (...) tudo vão preparando para que não lhes fuja o bolo municipal, (...) tudo cogita para que a Câmara não saia das mãos dos que presentemente a detêm. (...)”.

Ainda no mesmo artigo, o jornal preconiza a sua solução para o governo local:

“Nem democráticos, nem monárquicos, nem nacionalistas. Republicanos sim, mas republicanos que tenham vivido à margem dos partidos. (...) Uma comissão administrativa que não seja contra os políticos, porque o momento é de paz e não de guerra, não seja também pelos políticos”. (*O Setubalense*, 9/6/1926).

O jornal pretende estabelecer uma unidade republicana fora dos partidos. O governo da cidade deveria ser constituído por personalidades republicanas de reconhecido mérito e que não ostentassem ligações orgânicas aos partidos. Por sua vez o semanário *A Indústria*, que defendia as perspectivas veiculadas pela Associação Industrial e Comercial, advoga a exoneração da vereação, por considerar que a “Câmara não está integrada nos propósitos da situação actual”.

Vai ser o Administrador do Concelho, o tenente Augusto de Carvalho, conjuntamente com os comandantes militares, quem vai decidir sobre a constituição da lista para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de acordo com as instruções recebidos do ministro do Interior.

Disso nos dá conta o próprio Administrador do Concelho em ofício enviado ao governador civil:

“Devo informar VE que ela (a lista) foi elaborada pelos Srs. Comandantes militares e pela minha pessoa, tendo-se respeitado as indicações constantes da circular que VE me dirigiu.

Constituída por pessoas honestas e que se encontram integradas no espírito do movimento militar, os seus nomes são uma segura garantia de que a cidade de Setúbal virá a ser dignificada por uma obra de sã moralidade e de seguro engrandecimento”.

E para que não restassem dúvidas sobre a atitude a tomar face às pressões dos diferentes grupos em torno das listas apresentadas, o AC não deixa de sublinhar de um forma assertiva qual o caminho a seguir:

“Por último apelo a VE no sentido de que esta lista, e só esta, venha a merecer a aprovação de sua Ex.^a o ministro do Interior”. O tom estava dado.

Em 26 de Julho de 1926 toma posse a nova Comissão Administrativa, constituída por sete elementos, dois dos quais são oficiais do Exército (António Nunes Correia, capitão de Engenharia, e Afonso Martins Correia Gonçalves, tenente de Infantaria), sendo os restantes civis: José Luís da Costa, farmacêutico e proprietário, António Caes Esteves, lavrador, Jorge Paiva, comerciante, e ainda Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, director da Escola Comercial e Industrial Gil Vicente.

A lista era liderada pelo “independente” Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz, que havia integrado a já referida “lista do concelho”, sendo o presidente da vereação anterior.

Aquando desta eleição, Botelho Moniz fora já entusiasticamente apoiado pela Associação Comercial e Industrial, tendo sido apresentado como “um rapaz promissor, apolítico, que será a garantia de uma boa governação”.

Esta lista que a Ditadura Militar agora impunha reflecte de forma paradigmática as duas realidades que a situação pós-golpe evidenciava. Por um lado, espelhava a crescente influência dos sectores mais conservadores da cidade em que se incluíam os monárquicos, os nacionalistas, os integralistas que desde o início da década de vinte não paravam de se afirmar na disputa pelo poder político local aos velhos partidos republicanos; mas reflectia também, de forma inequívoca, a adesivagem oportunista que largos sectores republicanos vão fazer à nova ordem que o golpe pretendia inaugurar.

Como atrás se referiu, encontramos no elenco dos nomes que constituíam a lista proposta figuras como António Caes Esteves,

Todos os partidos e forças sociais começam a elaborar listas com diferentes composições e matizes e a apresentá-las em Lisboa.

companheiro de Joaquim Brandão, que tinha estado sucessivamente presente nas várias configurações que o PRP foi assumindo, sempre num horizonte de poder, entrando e saindo de cada uma das facções que tinha integrado conforme a oportunidade política se ia revelando. Não seria, contudo, o único. Também José Luís Costa, dirigente do Partido Democrático até 1920, e posterior aderente ao Partido Reconstituente, que de igual modo havia sido candidato às eleições de 1922, entra agora neste compromisso nacionalista.

COM ATENÇÃO E CARINHO

No que diz respeito a Setúbal, a reforma administrativa levada a cabo pela ditadura não ficaria por aqui. Botelho Moniz, o tal “rapaz promissor” de que a Associação Comercial e Industrial falava, presidirá a uma comissão que será recebida pelo governador civil de Lisboa em 4 de Novembro desse mesmo ano. Aí será solicitada, mais uma vez, a criação do distrito de Setúbal. Pouco mais de um mês passado sobre esta reunião, o Diário do Governo de 22 de Dezembro de 1926 publica o decreto nº 12 870. Era criado o distrito de Setúbal.

As “afinidades étnicas dos seus habitantes”, e os “seus interesses comuns”, aparecem como legitimações da criação desta nova unidade administrativa do país.

As justificações da escolha de Setúbal para sede das estruturas administrativas do novo distrito são de várias ordens: “Considerando que a cidade de Setúbal pela sua importância comercial e industrial, pela densidade da sua população, que é hoje das primeiras cidades do país, pelas suas ligações de caminho de ferro, fluviais e de via ordinária, pelo seu excelente porto está naturalmente indicada para sede dessa grande circunscrição administrativa que a própria natureza traçou e a que as condições de vida económica deram uma configuração harmónica e perfeita”. O decreto assinado pelo presidente, Óscar Carmona, termina com mais este elogio. “Considerando que a cidade de Setúbal, terra republicana por excelência, tem jus a que o regime a encare com atenção e carinho, facultando-lhe a categoria e as honras a que por todos os títulos tem direito (...)”.

Um projecto pensado e ensaiado várias vezes pelos dirigentes republicanos setubalenses viria, deste modo, a ser concretizado pelo Governo da Ditadura Militar.



O Setubalense.
Hemeroteca da Biblioteca Municipal
de Setúbal.

O SETUBALENSE, O INÍCIO DA REPRESSÃO AOS JORNAIS

O Setubalense, que nos primeiros dias a seguir ao golpe militar se tinha mostrado indulgente com o novo poder, manifesta-se em editorial de 16 de Junho contra a possibilidade de se instaurar uma ditadura em Portugal.

Ainda em 23 de Junho insurge-se contra a censura prévia à imprensa, sublinhando que, “como todos os jornalistas que se prezam, repugna à nossa pena livre de profissionais semelhante medida, com a qual os governos que a empregam nunca têm nada a lucrar”. No entanto, nesse mesmo dia, Óscar Pacheco, num outro artigo, elogia a possibilidade de um estado de inspiração corporativa.

Este jornal vai acabar por ser a primeira vítima da acção repressiva do Governo da Ditadura Militar, a propósito dos acontecimentos ocorridos no Porto e em Lisboa em Fevereiro de 1927, acontecimentos que integram uma fortíssima resistência à Ditadura Militar, e que se saldaram em ambas as cidades por centenas de feridos e mortos.

Na sequência desta revolta, que terá tido na cidade uma tímida tentativa de alastramento, o director do *Setubalense* é acusado de apoiar os revoltosos. Tal acusação levará à suspensão da publicação deste jornal diário. Por sua vez, o jornal *Indústria* irá regozijar-se pela vitória da Ditadura Militar, fazendo um feroz ataque aos derrotados de Fevereiro de 1927.

Depois do encerramento do diário *O Setubalense* e com a censura à imprensa cada vez mais feroz, as vozes que destoavam do coro de apoio à nova governação nacionalista irão ser cada vez mais raras.

UMA BARCELONA ESHAÍDA

Uma análise dos principais momentos de resistência à Ditadura Militar apontará para uma tímida intervenção da cidade de Setúbal.

Pontualmente ainda vamos encontrar acções de solidariedade, participações em movimentos gerais de combate à ditadura, greves em situações extremas, mas aquela combatividade que a cidade havia conhecido e lhe dava uma identidade própria, aquela assertiva atitude de confronto contra o domínio patronal, aquela tradicional capacidade de luta e resistência, haviam sido como que sugadas por dezenas de anos de batalhas inglórias, promessas incumpridas, num crescendo de arbitrária repressão a que se juntava, agora, no pós-28 de Maio a velha aliada do desalento, a fome.

Setúbal tinha já conhecido outros momentos de profunda penúria. Contudo, no ano de 1927 encontramos uma situação absolutamente calamitosa: “Tendo fechado na sua quase totalidade as fábricas de conserva de peixe e paralisado a indústria de pesca, é grande a crise por falta de trabalho, estando por empregar milhares de homens, mulheres e rapazes, encontrando-se na miséria e sem meios de subsistência, em vista do que a Câmara e as juntas de freguesia estão preparando a sopa económica para acudir aos mais necessitados, por isso que nalgumas casas já há fome”.

A situação é, de facto, trágica.

O Administrador do Concelho utiliza um expediente já anteriormente praticado em alturas de maior desamparo e miséria, o “repatriamento”. São pedidas inúmeras guias de caminho-de-ferro para mandar centenas de famílias para as suas terras de origem. Os maiores contingentes são enviados para Évora e para diversas cidades algarvias.

As descrições do administrador não cessam: “As circunstâncias terríveis em que vive a grande massa operária desta cidade (...) atingida pela maior crise de todos os tempos”; (a população) “passa presentemente fome, a ponto de a câmara ter instituído a sopa para os sem trabalho”. (A.C., 30 de Janeiro de 1927).

Poucos meses depois do golpe, a cidade continuava mergulhada numa das mais profundas crises que alguma vez tinha conhecido. Há, assim, uma conjunção de factores que propiciam como que uma astenia por parte das principais forças sociais e políticas da cidade.

Entre Maio de 1926 e 18 de Janeiro de 1934, vão existir algumas situações pontuais em que dirigentes operários e até sectores restritos do Exército e da GNR vão participar nalguns dos momentos mais emblemáticos de oposição à Ditadura Militar.

A começar pela revolta de Fevereiro de 1927.

A comunicação feita pela autoridade concelhia ao Ministro do Interior, datada de 12 desse mês, dá conta da abertura de inquéritos policiais a um vasto leque de personalidades, que vão desde o chefe da Estação dos Correios e Telégrafos ao director do *Setubalense*, passando por “conhecidos agitadores sindicalistas”; os inquéritos deveriam ainda incidir sobre a existência de “factos passivos” que se teriam passado frente ao quartel do 11, que teriam contado com a “cumplicidade de alguns elementos da GNR”. Teria ainda havido “um simulacro da posse do ex-administrador Afonso de Macedo e Castro, nas funções de Governador Civil interino”.

Todos estes elementos são idóneos para se poder concluir que Setúbal teria protagonizado, ainda que de forma ténue, uma tentativa de participação na malograda revolta de Fevereiro de 1927. O relato sobre os inquéritos levantados comprova não ter existido uma generalizada solidariedade com os revoltosos, que no Porto e em Lisboa travaram um combate pesado contra o regime da Ditadura Militar.

O que aqui se terá passado integrou um ensaio de adesão, com pouco impacto, quase simbólico, circunscrito a um número reduzido de pessoas. Ensaio breve e tímido ou não se teria ficado pelo levantamento de inquéritos, nem teriam sido adjectivados como “passivos” os factos ocorridos frente ao quartel da cidade, que se teriam limitado a uma manifestação de apoio, ou seja, nada que se comparasse à violência ocorrida nos epicentros desta revolta.

Ainda no quadro do apoio aos revoltosos de Lisboa, houve uma acção concertada de alguns dirigentes operários com os ferroviários do Barreiro para provocar a paralisação dos comboios.

Em 20 de Julho de 1928 ocorreu um outro movimento revolucionário contra a ditadura que envolveu vários quartéis e algumas centenas de civis em várias cidades do país. Contou com a participação de uma companhia de infantaria do quartel de Setúbal, comandada pelo capitão Francisco Salgueiro, que se juntou aos ferroviários do Barreiro sob o comando de Agatão Lança. Este grupo era responsável pela paralisação da circulação ferroviária da Linha do Sul e pela sabotagem das linhas telefónicas. Estes militares foram demitidos do Exército e deportados. (Farinha, 1998).

“As circunstâncias terríveis em que vive a grande massa operária desta cidade (...) atingida pela maior crise de todos os tempos”; (a população) “passa presentemente fome, a ponto de a câmara ter instituído a sopa para os sem trabalho”.

Em Abril de 1931 os pescadores iniciam uma greve em que reivindicam aumentos salariais e o descanso quinzenal de 48 horas. À paralisação aderiram também os maquinistas e os fogueiros. A greve foi geral, afectando toda a economia da cidade. Como resposta as forças policiais prendem alguns dos activistas mais conhecidos, como Xico Cagarrão, Francisco Rodrigues Franco e Jaime Rebelo.

A greve contou com o apoio da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que participou na sua organização e nas posteriores negociações com a capitania e o Governo Civil. Esta paralisação vai prolongar-se por três semanas, terminando com um acordo com os armadores que inclui a libertação dos camaradas presos (Francisco, 1983).

A greve dos marítimos de Abril de 1931 constituiu o mais importante episódio de confrontação como o novo poder.

Setúbal irá ainda participar na revolta de 18 de Janeiro de 1934, que foi a última e mais significativa tentativa de derrube da Ditadura Militar por civis. No entanto, esta participação foi relativamente modesta. A polícia consegue desarticular o Comité Sindicalista Revolucionário de Setúbal prendendo em 15 de Janeiro vários operários acusados de pertencerem ao “comité grevista” e ao mesmo tempo consegue apreender 59 bombas num “casebre do bairro da Monarquina”. Estas prisões prematuras levam de igual modo à fuga de muitos outros dirigentes implicados na insurreição. No total o número de presos ascendeu a 22. (Patriarca, 2000).

A cidade conhecida pela *Barcelona* portuguesa, a vanguarda das principais lutas sociais por melhores condições de vida, não tendo ficado completamente arredada deste processo de resistência, não conseguiria no entanto acompanhar outros centros urbanos quer nos momentos de confrontação armada contra a ditadura, quer em momentos de maior mobilização popular. Atormentada por uma crise económica intensa, causa e consequência de encerramento de fábricas, desemprego, fome e descrença, a cidade não terá mais forças para resistir ao regime que um golpe, erradamente considerado como anódino, tinha conseguido edificar e de onde resultaria a mais longa ditadura da Europa.

Do resto, da resistência posterior, já não cabe aqui tratar...